Referências das Rotinas Administrativas da SGTEC

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

RAD-DGTEC-003 – Atender ao Usuário

Com Vigência a partir de 14/11/2018

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 04/2004 - Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça e dá outras providências.

Ato Normativo TJ nº 09/2010 – Estabelece normas para uso dos recursos computacionais no âmbito da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo TJ nº 10/2010 - Cria regras para concessão de Correio Eletrônico e acesso a Rede Mundial de Computadores no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo TJ nº 18/2011 - Cria as regras para padronização, utilização e instalação de softwares de apoio, comerciais e gratuitos, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 26/2013 – Regulamenta o procedimento de solicitação de alterações em sistemas corporativos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

RAD-SGTEC-011 – Atender Incidentes

Com Vigência a partir de 20/10/2023

RAD-SGTEC-003 – Atender ao usuário;

RAD-SGTEC-012 – Atender Requisição de Apuração Especial

Com Vigência a partir de 20/10/2023

RAD-SGTEC-003 – Atender ao usuário;

RAD-SGTEC-011 – Atender Incidentes;

RAD-SGTEC-044 – Atender a Requisição de Manutenção Evolutiva.

RAD-SGTEC-016 – Gerenciar Atendimento a Equipamentos de TI

Com Vigência a partir de 21/11/2023

NBR ISO/IEC 17799*

Ato Normativo TJ nº 09/2010 – Normas para uso dos recursos computacionais no âmbito da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo TJ n.º 27/2020 – Estabelece as normas de gestão de acessos aos recursos computacionais do PJERJ.

RAD-SGTEC-017 – Gerenciar Garantia e Fiscalizar Movimentação de Bens de Ti

Com Vigência a partir de 10/11/2023

NBR ISO/IEC 17799*

Ato Normativo TJ nº 09/2010 - Normas para uso dos recursos computacionais no âmbito da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo TJ n.º 27/2020 – Estabelece as normas de gestão de acessos aos recursos computacionais do PJERJ

Resolução OE nº 27/2022 - Institui a Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-SGTEC-018 – Prestar Manutenção e Suporte a Hardware

Com Vigência a partir de 21/11/2023

NBR ISO/IEC 17799 – Norma que estabelece diretrizes e princípios gerais para iniciar, implementar, manter e melhorar a gestão de segurança da informação em uma organização;

Ato Normativo Nº 27/2020 – Estabelece as normas de gestão de acessos aos recursos computacionais do PJERJ;

Resolução OE nº 27/2022 - Institui a Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-DGTEC-021 – Elaborar e Manter Rotinas de Armazenamento de Cópia de Segurança de Dados

Com Vigência a partir de 25/01/2024

NBR ISO/IEC 17799:2001* e NBR ISO/IEC 27002/2013 – Código de prática para a gestão da segurança da informação;

ATO NORMATIVO TJ N.º 08/2019 - Estabelece as normas para Gestão de Segurança da Informação (GSI) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Resolução TJ/OE n.º 05/2019 - Institui a Política de Segurança da Informação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo TJ n.º 27/2020 – Estabelece as normas de gestão de acessos aos recursos computacionais do PJERJ.

Portaria CNJ nº 162/2021, de 10 de junho de 2021 – Aprova Protocolos e Manuais criados pela Resolução CNJ nº 396/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).

Documentação dos fabricantes de Hardware e Software utilizados na abrangência deste procedimento;

RAD-DGTEC-026 – Atender Solicitação sobre Acesso à Rede, à Internet e ao Correio Eletrônico

Com vigência a partir de 19/12/2018

Ato Normativo TJ nº 08/2005 - Estabelece rotina para a utilização do correio eletrônico da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo TJ nº 09/2010 – Estabelece normas para uso dos recursos computacionais no âmbito da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**.**

Ato Normativo TJ nº 10/2010 – Cria as regras para concessão de Correio Eletrônico e de acesso à Rede Mundial de Computadores, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-SGTEC-038 – Atender Solicitações de Serviços de Microinformática

Com vigência a partir de 14/11/2023

Ato Normativo Nº 10/2019 – Estabelece normas para Gestão de Ativos de Segurança da Informação (SI) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) e dá outras providências.

Ato Normativo Nº 27/2020 – Estabelece as normas de gestão de acessos aos recursos computacionais do PJERJ.

Ato Normativo Nº 13/2021 – Altera o art. 29 do Ato Normativo nº 27/2020, que disciplinou a gestão de acessos a recursos de tecnologia da informação e comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de

Janeiro.

Resolução Nº 27/2022 – Institui a Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

RAD-DGTEC-039 – Controlar Recebimento de Bens de Informática em Doação do Conselho Nacional de Justiça

Com Vigência a partir de 27/11/2013

Ato Normativo TJ nº 16, de 19/06/2006 – Consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais sobre a gestão patrimonial de bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ;

Ato Normativo TJ nº 12, de 17/11/2008 – Resolve alterar o parágrafo 2º do art. 13 do Ato Normativo TJ nº 16/2006;

Resolução CNJ nº 100, de 24/11/2009 – Dispõe sobre a comunicação oficial, por meio eletrônico, no âmbito do Poder Judiciário, e dá outras providências;

Ato Executivo TJ nº 1232, de 21/02/2011 – Delega as competências que menciona;

Cartilha para os procedimentos a serem observados pelos Tribunais para recebimento de bens doados do Conselho Nacional de Justiça (2011).

RAD-SGTEC-040 – Gerir o Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados

Com Vigência a partir de 14/11/2024

Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Lei Federal nº 13.709/2018, de 14/08/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGDP);

Decreto nº 2.479, de 08/03/1979 – Aprova o regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Decreto-Lei nº 220, de 18/07/1975 – Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução TJ/OE/RJ n° 09/2024, de 01/04/2024 – Institui a Política de Segurança da Informação (PSI) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução TJ/OE/RJ nº 11/2021, de 31/05/2021 – Estabelece política de gestão estratégica, alinha a estratégia às diretrizes de governança e institui as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução TJ/OE/RJ n° 15/2023, de 31/07/2023 – Código de Ética do Servidor e do Colaborador do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução TJ/OE/RJ nº 11/2024, de 20/05/2024 – Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RAD-DGTEC-041 – Ciclo de Contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação

Com Vigência a partir de 30/03/2015

Constituição da República, de 1988;

Lei federal no 8.666, de 21/06/1993 (Lei Geral de Licitações);

Lei Complementar federal nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

Resolução CNJ nº 182, de 17/10/2013 – Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do CNJ;

Resolução TJ/OE nº 28/2013 - Dispõe sobre a Política de Governança de Tecnologia da Informação (TI), criação e implementação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do TJERJ;

Ato Executivo nº 4501/2013 – Estabelece o processo de contratação de Tecnologia da Informação (TI) do TJERJ e dá outras providências.

RAD-DGTEC-042 –Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e de Comunicação

Com Vigência a partir de 30/03/2015

Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativo.

Resolução CNJ nº 468/2022 - Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça.

Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário (CNJ)

Ato Normativo TJ nº 26/ 2022 - Estabelece o processo de contratação de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Resolução TJ/OE nº 27/2022 - Institui a Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-SGCOL-005 – Ciclo de Formação e Execução de Contratos Administrativos.

Manual de Gestão de Contratos do TJERJ

RAD-SGTEC-043 – Administrar o Lançamento de Dados no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS

Com Vigência a partir de 16/01/2025

Ato Executivo TJ nº 141/2018 – Dispõe sobre o dever de cumprimento da Deliberação TCE-RJ nº 281/17 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Deliberação TCE-RJ nº 281/17 - Dispõe sobre o Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS e dá outras providências.

RAD-SGTEC-044 – Atender a Requisição de Manutenção Evolutiva

Com Vigência a partir de 20/10/2023

MDS - Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas do SGTEC/DESOL;

RAD-SGTEC-003 – Atender ao Usuário

RAD-SGTEC-046 – Gerenciar Análise de Negócio

Com Vigência a partir de 15/04/2024

RAD Sem Referências

RAD-SGTEC-047 – Gerenciar Problemas

Com Vigência a partir de 20/06/2024

Ato Normativo nº 28/2022 - Estabelece as normas de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) e dá outras providências.

RAD-SGTEC-048 – Gerenciar Desenvolvimento de Software

Com Vigência a partir de 08/08/2024

RAD-SGTEC-046 - Gerenciar Análise de Negócio

RAD-SGTEC-049 - Gerenciar Incidentes

RAD-SGTEC-050 - Gerenciar Requisições de Usuários

MDS – Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas

RAD-SGTEC-049 – Gerenciar Incidentes

Com Vigência a partir de 20/06/2024

Ato Normativo TJ nº 10/2010 – Cria regras para concessão de Correio Eletrônico e acesso à Rede Mundial de Computadores no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 26/2013 – Regulamenta o procedimento de solicitação de alterações em sistemas corporativos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo Nº 10/2019 – Estabelece normas para Gestão de Ativos de Segurança da Informação (SI) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) e dá outras providências.

Ato Normativo TJ n.º 27/2020 – Estabelece as normas de gestão de acessos aos recursos computacionais do PJERJ.

Ato Normativo Nº 13/2021 – Altera o art. 29 do Ato Normativo nº 27/2020, que disciplinou a gestão de acessos a recursos de tecnologia da informação e comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Resolução OE nº 27/2022 - Institui a Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo nº 28/2022 - Estabelece as normas de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) e dá outras providências.

RAD-SGTEC-050 – Gerenciar Requisições de Usuários

Com Vigência a partir de 20/06/2024

Ato Normativo TJ nº 10/2010 – Cria regras para concessão de Correio Eletrônico e acesso à Rede Mundial de Computadores no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 26/2013 – Regulamenta o procedimento de solicitação de alterações em sistemas corporativos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo Nº 10/2019 – Estabelece normas para Gestão de Ativos de Segurança da Informação (SI) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) e dá outras providências.

Ato Normativo TJ n.º 27/2020 – Estabelece as normas de gestão de acessos aos recursos computacionais do PJERJ.

Ato Normativo Nº 13/2021 – Altera o art. 29 do Ato Normativo nº 27/2020, que disciplinou a gestão de acessos a recursos de tecnologia da informação e comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Resolução OE nº 27/2022 - Institui a Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo nº 28/2022 - Estabelece as normas de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) e dá outras providências.

RAD-SGTEC-051 – Gerenciar Mudanças de TIC

Com Vigência a partir de 25/09/2024

RAD-SGTEC-048 – Gerenciar Desenvolvimento de Software 3.2

RAD-SGTEC-049 – Gerenciar Incidentes 3.3

RAD-SGTEC-050 – Gerenciar Requisições de Usuários

RAD-SGTEC-052 – Gerenciar Mudanças de TIC

Com Vigência a partir de 11/11/2024

RAD-SGTEC-049 – Gerenciar Incidentes

RAD-SGTEC-047 – Gerenciar problemas

RAD-SGTEC-051 – Gerenciar mudanças de TIC

Ato normativo TJ nº 10/ 2019 - Estabelece normas para Gestão de Ativos de Segurança da Informação (SI) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) e dá outras providências.

Resolução TJ/OE nº 27/2022 - Institui a Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria-Geral de Administração

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br

15.01.2025